



COMISSÃO PARLAMENTAR DE SAÚDE

ACTA NÚMERO 70/XI/2.^a SL

Aos 9 dias do mês de Fevereiro de 2011, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão Parlamentar de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

10:00

1. Informações;

2. Discussão e votação da Acta nº. 69, relativa ao dia 2 de Fevereiro;

3. Discussão e votação do Parecer sobre da Conta Geral do Estado de 2009.

Relatora: Deputada Maria do Rosário Águas (PSD);

4. Requerimentos do CDS-PP e do PCP a solicitar a audição do Presidente do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM);

5. Aprovação da Redacção Final da Resolução que recomenda ao Governo que crie um Banco Público de Gâmetas;

6. Discussão e votação do Texto Final relativo ao Projecto de Lei nº. 347/XI/1^a - que procede à dispensa gratuita de medicamentos após alta de internamento e no período pós-operatório de cirurgia de ambulatório, pelos serviços farmacêuticos dos hospitais que integram o SNS;

7. Outros assuntos.

11:00 Audição do Professor João Lobo Antunes, no âmbito do processo legislativo referente ao Direito à Informação, Consentimento Informado e Testamento Vital.

12:00 Audição do Dr. Lopes Cardoso, no âmbito do processo legislativo referente ao Direito à Informação, Consentimento Informado e Testamento Vital.

O Presidente iniciou os trabalhos solicitando aos Deputados que participaram na audiência da Tabaqueira, que se realizou no passado dia 12 de Janeiro em conjunto com a CAE, que informassem a Comissão sobre o que foi abordado, designadamente sobre qual o seguimento que irá ser dado a este assunto. O Deputado Rui Prudêncio fez uma exposição sumariando o que se passou na reunião, focando a questão da proibição da adição de ingredientes no processo de produção de tabaco, a proibição de exibição de tabaco em locais de venda e a

transformação dos maços de tabaco em genéricos/brancos, medidas que estão previstas na revisão da directiva que está em curso na União Europeia. Também referiu que, quando a revisão da directiva for recebida pelo Parlamento, deverá ser escrutinada pela CAE, pela CAEIE e pela CS.

O Presidente solicitou aos Deputados que participaram na reunião com a Tabaqueira que acompanhem este assunto, porque está em causa o interesse nacional e não só a saúde pública.

A Acta nº 69, referente ao dia 2 de Fevereiro, foi discutida e aprovada por unanimidade.

Passou-se à apresentação, pelo Deputado Bernardino Soares, do requerimento do PCP a solicitar a audição do Presidente do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), Dr. Miguel Soares de Oliveira. O Deputado disse que o requerimento fala por si e que, havendo insuficiências na capacidade de resposta do INEM, se torna necessário ouvir as explicações do seu Presidente.

O Presidente colocou à votação este requerimento e também o requerimento do CDS-PP que solicita a audição da mesma entidade, por razões idênticas, os quais foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP.

A Redacção Final da Resolução que recomenda ao Governo que crie um Banco Público de Gâmetas, foi aprovada por unanimidade.

O Presidente deu de seguida a palavra ao Deputado Pedro Rodrigues, dada a ausência da Deputada Relatora, para apresentar o Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2009. O Deputado referiu o enquadramento macroeconómico, o Parecer do Tribunal de Contas e a Nota Técnica da UTAO, deu conta da opinião da Relatora, da falta de rigor na apresentação das contas que entende dever ser registada e concluiu com a proposta de que o presente Parecer seja remetido à COF, reservando os Grupos Parlamentares as suas posições para Plenário.

O Deputado Luís Gonelha disse que os considerandos do Parecer, designadamente a páginas 13 e 14, contêm a opinião da Relatora e não são constatações factuais, pelo que o PS não os pode subscrever. Também considera que alguns dados não são comparáveis, uma vez que em 2009 houve uma grande reorganização do sector da saúde.

O Presidente disse entender que a matéria de opinião deve ser retirada dos considerandos e concentrada no ponto próprio "opinião do Relator".

O Deputado Pedro Rodrigues manifestou a opinião de que os considerandos referem apenas dados objectivos, mas aceitou retirar esses pontos que estão a ser objecto de discussão.

O Presidente colocou então os considerandos, com as correcções atrás referidas, e as conclusões do Parecer à votação, os quais foram aprovados por maioria, com os votos a favor do PS, PSD e CDS-PP e as abstenções do BE e PCP, devendo de seguida ser remetido à COF este Parecer.

O Deputado João Semedo, coordenador do Grupo de Trabalho para o PJI nº 347/XI/1ª (BE), que procede à "*dispensa gratuita de medicamentos após alta de internamento e no período pós-operatório de cirurgia de ambulatório, pelos serviços farmacêuticos dos hospitais que integram o SNS*", deu conta dos trabalhos efectuados neste âmbito, designadamente as audições que tiveram lugar, e apresentou um texto de substituição, que não foi todavia consensual no Grupo de Trabalho. Propôs ainda que fosse aditado um novo número ao artigo 5º, que seria o nº 2, passando o actual nº 2 a nº 3. Sobre a questão dos custos, referiu que as entidades ouvidas foram de entender que com as medidas propostas aumentará a despesa dos hospitais, mas que irá diminuir a despesa global do Estado.

A Deputada Clara Carneiro reiterou que nas audições se recolheu parecer favorável a este processo, que permitirá obter mais qualidade e a garantia da continuação dos tratamentos. Não se deve pensar apenas em termos económicos, mas também no factor qualidade. De facto, pensa que no ambulatório haverá redução de despesas e nos hospitais um aumento menor que esta redução. Também a aplicação destas normas se fará de forma progressiva, primeiro em 10 hospitais, e só depois de uma avaliação será estendida a outros.

O Deputado Rui Prudêncio manifestou dúvidas, designadamente quanto ao facto de serem as ARS a pagar o que é prescrito e dispensado pelos hospitais, quanto aos incentivos institucionais previstos, sobre a necessidade de regulamentação pelo Governo e ainda sobre a questão dos custos.

A Deputada Teresa Caeiro frisou que esta lei constituirá um avanço e que será mais racional para o Estado a dispensa de medicamentos nos termos agora propostos. Quanto aos custos, no saldo final poderá não significar mais encargos, mas vai aumentá-los no ano orçamental em curso.

O Deputado Bernardino Soares apoiou esta iniciativa, considerando que traz vantagens para a saúde pública, com benefícios para os utentes, prevenindo os reinternamentos. Quanto à questão financeira, entende que haverá diminuição de despesa, pois os preços de compra de medicamentos por hospitais são muitíssimo inferiores ao preço de venda ao público e ao valor de comparticipação que o Estado paga nas farmácias.

O Deputado João Semedo respondeu às questões colocadas, lembrando que os incentivos se destinam a estimular a prática, que é necessário regulamentar alguns aspectos e que já existem muitas situações em que despesas hospitalares são

pagas pelas ARS. Voltou a frisar que está demonstrado que a aplicação destas normas resultará numa diminuição de custos para o Estado.

O Presidente colocou à votação o título e os artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º do Texto Final referente ao PJI nº 347/XI/1ª, os quais foram aprovados por maioria, com os votos favoráveis dos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP, BE e PCP e os votos contra do PS.

Audição do Professor João Lobo Antunes, no âmbito do processo legislativo referente ao Direito à Informação, Consentimento Informado e Testamento Vital

(audição integralmente gravada)

O Presidente deu a palavra ao Professor João Lobo Antunes, que fez uma apresentação inicial sobre a matéria objecto de audição, separando as questões do consentimento informado, sobre a qual entende não se justificar legislar, e do testamento vital. Fez observações e comentários a diversos artigos de todos os Projectos de Lei, dando também conta de dúvidas que alguns deles lhe suscitam. Os Deputados Maria José Nogueira Pinto, Maria de Belém Roseira e João Semedo colocaram questões, que foram respondidas pelo Professor João Lobo Antunes.

Audição do Dr. Lopes Cardoso, no âmbito do processo legislativo referente ao Direito à Informação, Consentimento Informado e Testamento Vital

(audição integralmente gravada)

O Presidente deu a palavra ao Dr. Lopes Cardoso, que fez uma apresentação inicial sobre a matéria em causa, com enfoque nos problemas de carácter jurídico que podem ser levantados a propósito de cada um dos Projectos de Lei em análise. Os Deputados Maria José Nogueira Pinto, Maria de Belém Roseira e Defensor Moura teceram comentários e formularam perguntas, que foram respondidas pelo Dr. Lopes Cardoso.

A reunião foi encerrada às 13:30 horas, dela se lavrando a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 09 Fevereiro 2011.

O PRESIDENTE

(COUTO DOS SANTOS)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Antonieta Guerreiro
Bernardino Soares
Carla Barros
Clara Carneiro
Conceição Casa Nova
Couto dos Santos
Defensor Moura
Fernando Jesus
João Semedo
José Rui Cruz
Luís Vales
Luísa Salgueiro
Maria Antónia de Almeida Santos
Maria José Nogueira Pinto
Maria Luísa Santos
Ricardo Gonçalves
Rui Prudêncio
Teresa Caeiro
Teresa Fernandes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Galriça Neto
Rosário Águas